

Análise da indústria editorial brasileira e o papel do Programa Nacional do Livro Didático

Orientador: Leonardo Rezende
Mateus Gomes da Silva Rodrigues

Número de matrícula: 1610923

30 de Junho de 2020



Análise da indústria editorial brasileira e o papel do Programa Nacional do Livro Didático

Orientador: Leonardo Rezende
Mateus Gomes da Silva Rodrigues

Número de matrícula: 1610923

30 de Junho de 2020



“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.”

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradecimentos

Aos meus pais, que sempre me apoiaram ao longo dos meus 22 anos.

A minha namorada, por me acompanhar e ajudar ao longo dos anos de faculdade.

Ao meu orientador, Leonardo Rezende, por sempre estar disponível e solícito ao longo da elaboração da monografia.

1. Sumário

1. Introdução	6
2. O mercado editorial no Brasil	8
2.1 História do mercado editorial brasileiro	8
2.2 História das políticas públicas de distribuição de livro	10
2.3 Trajetória das editoras brasileiras do segmento didático	13
3. O mercado editorial internacional	16
3.1 O segmento STM	16
3.2 O segmento trade	17
3.3 O segmento educacional	18
3.4 O mercado internacional na última década	18
4. Comparação entre o mercado internacional e brasileiro	21
5. Programas de distribuição de livros didáticos em outros países	24
6. O PNLD na última década	26
6.1 A execução do PNLD	27
6.2 As principais editoras participantes do PNLD	28
7. Comparação com o resto da indústria literária	31
8. Conclusão	33

1. Introdução

O mercado editorial brasileiro está em constante mudança e evolução, neste trabalho buscarei mostrar como essa indústria opera no Brasil e internacionalmente. Além do papel que o Estado exerce nela.

Anualmente são gastos mais de um bilhão de reais em programas de compra de livros, sendo o principal deles o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Um programa federal de compra e distribuição de livros didáticos que atende toda a rede pública de ensino. O Brasil possui o sétimo maior mercado editorial do mundo, isso se deve em grande parte ao papel do governo como seu principal comprador. Em 2019, o relatório “Global 50” criado pela consultoria Ruediger Wischenbart, que divulga as 56 maiores editoras do mundo, constavam duas editoras brasileiras, a Somos educação (39º lugar) e a FTD (56º). Duas editoras focadas na produção de livros didáticos, que no ano de 2018 faturaram mais de 600 milhões de reais juntas através do Programa Nacional do Livro Didático, mostrando o grande impacto que o governo tem no mercado brasileiro.

O mercado editorial se encontra numa grave crise, encolhendo 25% entre 2006 e 2018, uma queda de 1.6 bilhões de reais. O setor de livros didáticos, o maior segmento do mercado brasileiro, apresentou queda de 8% nesse mesmo período. Essa menor retração se deve ao governo, que não só manteve o ritmo de compras anual como tem aumentado a verba destinada a aquisição de livros ao longo desses anos.

Desses fatos surgem alguns questionamentos. O gasto do governo brasileiro no setor é anormal? O quão dependentes do governo são essas editoras e o setor editorial como um todo? Para responder isso irei analisar os mercados editoriais, o papel do governo e os seus gastos.

Na segunda seção irei apresentar um pouco da história da indústria editorial brasileira, a história dos principais programas governamentais de compra de livros durante o século XX e XXI e a trajetória das editoras do subsetor de livros didáticos, principal área beneficiada pelas compras governamentais e responsável por mais de 50% do faturamento total da indústria editorial brasileira hoje.

Na terceira seção do trabalho olharei então para o mercado editorial internacional. Suas tendências e dinâmicas na última década e os principais grupos editoriais que controlam esse setor.

Na quarta seção explorarei as principais diferenças entre o mercado editorial brasileiro e internacional. Focando a análise nos anos mais recentes da indústria.

A quinta seção será dedicada a análise dos programas de compra e distribuição de livros em outros países e como eles se comparam ao Brasil.

Na sexta seção falarei sobre o PNLD. Analisando o desenho da política, seus pontos positivos, áreas a melhorar e todo o seu processo, desde a seleção das obras até a finalização dos contratos e distribuição do material nacionalmente.

Também será visto as principais editoras participantes do programa e analisado se há uma tendência de monopolização do programa por parte da Somos Educação e da FTD, que tem crescido e absorvido cada vez mais do subsetor didático nos últimos anos.

2. O mercado editorial no Brasil

2.1 História do mercado editorial brasileiro

O mercado editorial brasileiro possui uma existência praticamente inexpressiva durante toda a parte do período colonial do Brasil, é apenas na década de 1930 que vemos um crescimento inicial da indústria. Pela primeira vez torna-se mais barato produzir um livro no Brasil do que os importá-los. Isso se deve, em grande parte, às inovações postas em prática por Monteiro Lobato, que no início do século monta a primeira indústria com equipamentos propícios para a confecção de livros, antes produzidos em gráficas ligadas a impressão de jornais e revistas. Ao longo da década, a indústria passa por um crescimento constante na produção. É difícil saber ao certo o tamanho deste crescimento, mas dados do Anuário Estatístico do Brasil indicam um crescimento de 435% de livros produzidos anualmente entre 1929 até 1950.

Ao final da década de 1940, o mercado que nos anteriores anos havia tido um grande crescimento, agora se encontrava estagnado. Os preços dos livros produzidos nacionalmente se encontravam no mesmo patamar ou até mais caros que os exemplares importados devido a uma alta inflacionária e a uma inexperiência administrativa das editoras brasileiras. Em 1947, 20% do consumo interno de livros era abastecido por importações, vindos principalmente dos Estados Unidos e da Argentina, que juntos respondiam por mais de 50% desse mercado.

Em 1956, durante o governo Kubitschek, concessões de licenças de importação para o setor gráfico são concedidas, permitindo grandes avanços nos parques gráficos do país. Essa inovação permite à indústria cortes de custos na produção de livros e ampliação da capacidade produtiva. Durante esse período o governo também cria incentivos à produção de livros, isentando o setor de praticamente todos os impostos, com a única exceção do imposto de renda. O número de publicações triplica e o Brasil se torna o país da América Latina com o maior número de títulos publicados (5.133), seguido do México e da Argentina com 4.362 e 3.989, respectivamente. Essas medidas permitiram a retomada do crescimento da indústria, porém ele não veio acompanhado de uma descentralização da produção e consumo de livros, historicamente produzidos e consumidos principalmente na região sudeste. Em 1957, São Paulo e Rio de Janeiro são responsáveis por 59,6% do total de títulos produzidos e 82% do montante de livros impressos do setor. Já em 1973 esses números sobem para 96,6% e 97,7% respectivamente e 75% de todas as vendas em livrarias ocorre nessas duas cidades.

O início do regime militar foi caracterizado por medidas de estabilização, que acabaram por levar a uma recessão na indústria. O setor editorial é atingido por essa

recessão ao longo dos primeiros anos de regime e de 1965 a 1966 há um aumento de mais de 50% nos custos gráficos de produção (HALLEWELL, 2005, p. 552). Contudo, após 1970 a indústria livreira passa por uma nova retomada do crescimento e tanto a produção de títulos como o número de vendas crescem.

Durante a década de 80 a indústria se manteve num patamar estável mesmo com a alta na inflação, em 1986 é introduzido o plano cruzado numa tentativa de estabilizar a inflação. Já em 1988, os efeitos do plano já não surtem efeito e começa um novo declínio nas vendas de livros no país. Apesar do desenvolvimento de novos planos monetários, a crise no mercado editorial continua. Em 1992, o consumo de livros é de um terço relativo ao consumo de 1982. Calcula-se que, em 1990, um exemplar custa 30% do salário mínimo, em países desenvolvidos, na mesma época, essa parcela é de 5% (HALLEWELL, 2005, p. 736).

Durante o governo de Fernando Collor, o governo acaba com os subsídios à cultura e a economia sofre paralisação, com um bloqueio de 85% das contas bancárias. Essas medidas afetam o mercado editorial, que não possuem liquidez para pagar os direitos autorais nem para a aquisição de direitos de tradução de autores estrangeiros. Segundo dados do SNEL¹ em 1988 são vendidos 320 milhões de exemplares, em 1989 são 280 milhões, em 1990 apenas 212 milhões, em 1991 há uma melhora, chegando a 289 milhões de vendas, em 1993 há novamente uma queda e o número de vendas fecha em 159 milhões.

Em 1994 é introduzido o Plano Real e se chega ao fim de um longo período de inflação. Durante quase toda a década há um contínuo crescimento no número de títulos produzidos e nas vendas. De acordo com os dados do SNEL, durante a década de 90, o número de títulos publicados e de vendas crescem 92,4% e 23,4%, respectivamente, em relação à década anterior. Com dados obtidos em um estudo publicado pelo BNDES, estima-se que o faturamento das editoras tenha dobrado, sendo ele anualmente de 3.6 bilhões de reais. Ao final da década, o setor é controlado por um pequeno número de empresas. No segmento de livros didáticos, que representa 43% do mercado total, quatro editoras controlam 70% do mercado, são elas Saraiva, Abril, Ática e FTD.

¹ Sindicato Nacional dos editores de livros

2.2 História das políticas públicas de distribuição de livro

O atual programa de aquisição e distribuição de livros didáticos é o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) criado a partir do Decreto nº 91.542, de 19/8/85 que tem por objetivo a seleção, aquisição e distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, destinadas a alunos da rede pública, além de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

Anteriormente ao PNLD existiram diversos programas de fomentação e distribuição de livros didáticos no Brasil, o primeiro surgiu em 1938 por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, no qual foi criada a CNLD², estabelecendo as primeiras políticas legislativas sobre controle de produção e circulação de livros didáticos no país. Em 4 de outubro de 1966 surge o primeiro programa de distribuição de livros didáticos em escala nacional com a criação da COLTED³ através de uma parceria do MEC⁴ e a Usaid⁵ com o objetivo de distribuir 51 milhões de livros aos estudantes em todo o território nacional. O programa cuidaria da distribuição de exemplares às bibliotecas escolares em todos os níveis de ensino: primário, secundário e superior.

Em 1971, devido ao enfraquecimento do convênio MEC/Usaid e a necessidade de um novo programa de distribuição de material didático, o INL⁶, órgão criado em 1937 durante a era Vargas, desenvolve o PLIDEF⁷. O programa funcionava com um sistema de coedição entre o setor público e o setor privado. Estabelecendo convênios com as editoras, o programa procurava baratear a aquisição de obras didáticas e literárias. Nesse tipo de parceria, as editoras submetiam ao INL os custos de produção e o preço final dos livros, após aprovação, o INL adquiriria pelo menos 20% das edições (no mínimo 5.000 exemplares). Isso permitia um fluxo de receita garantido para as editoras sobre certa obra e garantia ao governo obras a um preço pré-aprovado para o abastecimento de bibliotecas da rede pública. O programa, como mencionado anteriormente, tinha como principais objetivos a distribuição de livros didáticos para

² Comissão Nacional do Livro Didático

³ Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

⁴ Ministério da Educação

⁵ Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional, em seu acordo com o MEC implementou várias mudanças no sistema de ensino brasileiro, como renomeação dos cursos, retirada de matérias consideradas "obsoletas" e diminuição de 12 para 11 anos de estudos para completar o segundo grau

⁶ Instituto Nacional do Livro,

⁷ Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

alunos da rede pública e, além disso, garantir um barateamento no preço de exemplares nas livrarias para estudantes, tanto da rede pública como da rede privada de ensino. Ao longo dos seus seis anos de funcionamento o programa subsidiou, de acordo com dados fornecidos pelo MEC, um total de 51.997.958 livros didáticos, sendo desses 50.278.628 destinados aos alunos e 1.719.330 manuais para uso do professor, a um custo de 320.887.000 cruzeiros. O maior programa de distribuição de livros até então.

Tabela 1: Títulos, tiragem e recursos aplicados no PLIDEF (1971 – 1976)

Ano	Tiragem			Recursos Aplicados (Cr\$ 1.000)	
	Títulos	Livro	Manual		Total
1971	114	7.057.637	175.496	7.233.133	20.761
1972	212	7.812.857	225.998	8.038.855	24.056
1973	223	7.343.945	215.663	7.559.608	32.297
1974	220	6.965.629	234.212	7.199.841	46.479
1975	235	10.423.190	347.553	10.770.743	85.542
1976	292	10.675.370	520.408	11.195.778	111.752

Fonte: MEC/FAE

Apesar do alto número da tiragem, o programa não atingiu toda a população de alunos do primeiro grau, atingindo em média 45% dos alunos matriculados na rede pública.

Em 1976, o Instituto Nacional do Livro é extinto e a Fename⁸ torna-se a encarregada pela execução do programa do livro didático, através de recursos providos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Contudo, devido a insuficiência de recursos e má estruturação do programa a grande maioria de escolas municipais ficam de fora e boa parte dos alunos da rede pública não recebe o material didático.

Em 1985, o PLIDEF dá lugar ao PNLD, programa que vigora até hoje. Na época ele fazia parte do Programa Educação para todos, do então ministro da educação Marco Maciel, que durante a apresentação da proposta firmou o compromisso “[...] de enfrentar o desafio de universalizar o acesso à escola, vencer o analfabetismo e

⁸ Fundação Nacional do Material Escolar

proporcionar um atendimento educativo em crescentes níveis de qualidade". O programa trouxe algumas mudanças em relação ao seu antecessor, como: o poder de escolha do livro didático pelo próprio professor e a reutilização de livros. Antigamente os livros didáticos continham páginas de exercício, evitando a possibilidade de reutilização do livro para novos alunos nos anos seguintes, a partir do PNLD os livros passam a não ter mais a área destinada a exercícios, possibilitando a reutilização e também fazendo com que não seja necessária a reposição de todos os livros de todas as séries todos os anos. O programa funciona com uma base de reposição de livros, na qual a cada ano apenas uma parcela das séries é atendida com novos livros, enquanto as outras séries têm apenas o envio de pequenas reposições a pedido da instituição escolar. Outra mudança que o PNLD traz é o fim da participação financeira dos estados, o FNDE, órgão da esfera federal, se torna o responsável por todo encargo financeiro do programa. Em 1992 a distribuição de livros sofre um revés devido à limitação orçamentária, restringindo a distribuição para somente até a 4º série. Em 1993 uma resolução do FNDE vincula uma quantia anual mínima para a aquisição dos exemplares destinados aos alunos da rede pública, garantido o atendimento contínuo anual do programa. Em 2003 é instituído o PNLEM⁹ que cuida especificamente da aquisição e distribuição dos livros didáticos para o ensino médio da rede pública. A partir de 2010 o PNLEM é incorporado ao PNLD, que agora atinge estudantes do ensino fundamental ao ensino médio. No capítulo adiante comentarei mais sobre o funcionamento e a dinâmica do PNLD nesses últimos anos.

2.3 Trajetória das editoras brasileiras do segmento didático

O setor de livros didáticos sofreu muitas transformações até chegar ao formato atual. Durante a década de 1920, Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira tentaram unir sua gráfica e editora em uma só empresa, surgiu então a Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato. Devido a fatores administrativos a empresa entrou em falência no ano de 1925. Porém, um pouco antes do fechamento, Monteiro Lobato e Octalles criaram uma outra empresa, a Companhia Editora Nacional. A nova editora veio acompanhada de um sucesso comercial inicial e no ano seguinte os dois sócios obtiveram capital o suficiente para a compra do estoque de livros e direitos autorais de sua antiga editora. De acordo com HALEWELL (1985), a nova editora dominava o setor de livros didáticos já na década de 40. Em 1943, alguns de seus funcionários deixaram a Companhia Editora Nacional e fundaram a própria editora, nomeada Editora do Brasil. Nos anos seguintes ela se tornou uma das mais importantes de livros didáticos.

A Saraiva surgiu inicialmente como um comércio de venda de livros usados, fundada por Joaquim Ignácio Fonseca em 1910. Em 1913 ela entrou no ramo editorial com publicações de livros jurídicos, ramo da indústria que é muito conhecido até os dias de hoje. Somente em 1938 começa a editar e produzir livros didáticos, contudo apenas na década de 70 obteve um papel de líder desse segmento editorial.

A editora FTD será mais bem explorada em capítulos posteriores, porém vale ressaltar que ela foi a primeira a termos registros de produção e distribuição de livros didáticos no Brasil, em 1902. Criada pela ordem dos irmãos Maristas, a instituição fundou vários colégios no Brasil ao longo do século e criou, inicialmente, a editora como uma forma de abastecer seus alunos com o material didático. Ao longo da primeira metade do século XX, a FTD foi expandindo seu parque gráfico e sua gama de títulos, mantendo sempre seu foco em livros do segmento didático. Hoje, é a segunda maior editora Brasileira em termos de faturamento e seus produtos alcançam milhões de estudantes.

A editora Ática, hoje parte do grupo Somos Educação, surgiu em 1956 pelas mãos dos colegas de faculdade Anderson Fernandes Dias e Antonio Narvaes Filho, que resolveram abrir um curso de Madureza¹ de Santa Inês. Alguns anos após sua abertura, o curso já contava com milhares de alunos. A demanda decorrente por apostilas preparadas pelos professores aumentou e os professores acharam propício a criação de um parque gráfico para a produção de seu material. Foi então em 1962 que fundaram a Sesil (Sociedade Editora do Santa Inês). Três anos depois a empresa se tornou a Editora Ática.

¹ O Madureza foi um curso de educação de jovens e adultos, que ministrava disciplinas dos antigos ginásio e colegial, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961.

Em 1983 os donos da Editora Ática compraram a Editora Scipione, criada e dirigida pelo Professor Scipione Di Pierro Neto. Na época da compra, a Editora Scipione possuía um catálogo com cinco títulos e vendas aproximadas de 100.000 unidades ao ano. Após a aquisição, a editora lançou uma nova coleção destinadas a primeira e quarta séries e fecharam a venda de 2 milhões de unidades para o mercado governamental. Apesar de serem do mesmo dono, ambas as editoras permanecem com operações separadas, desde as instalações até o quadro administrativo.

Durante os governos militares o Estado assumiu o papel de produção do material didático. O Banco do Brasil ficou responsável pelo financiamento da produção e a Fundação Nacional do Material Escolar ficou incumbida da produção dos livros. Porém, devido ao baixo orçamento, o Estado foi obrigado a recorrer às editoras para ajuda na produção, e durante muitos anos houve um sistema de coedição entre governo e editoras. De acordo com Oliveira (1984) entre 1971 e 1981, 40 editoras foram parceiras recorrentes do Estado. Dentre elas, seis editoras tiveram posição de destaque na produção; FTD, com 10%, Abril, 8%, IBEP, 7%, Ao Livro Técnico, 6%, e Tabajara, com 5%. Juntas elas coeditaram mais de 50% dos títulos ao longo desses dez anos. Durante esse período a Editora Nacional já havia perdido sua posição de destaque. Após a saída de Monteiro Lobato e a morte de Octalles Ferreira a empresa decaiu cada vez mais. Até que em meados da década de 70 foi comprada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Eventualmente, devido à também má gestão do Estado, a empresa foi vendida novamente, dessa vez para a IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas), editora criada em 1966 por Jorge Antonio Miguel Yunes e Paulo Marti. De acordo com HALEWELL (1985), em 1983 a IBEP tinha controle de 30% do mercado brasileiro.

Também durante o governo militar, duas outras editoras foram fundadas e consolidadas entre as principais do mercado didático, sendo elas a Editora Moderna e a Atual. A Editora Moderna foi criada em 1968 por três professores de cursos pré-vestibulares, focada na produção de livros de química. A Editora Atual surgiu em 1973 através das mãos de Oswaldo Dolce e Gelson Iezzi. Em 1990 a editora foi vendida para a Saraiva.

Vale notar que todas as editoras citadas até agora tiveram origem no Brasil, com exceção da FTD que tem sua origem na França. O mercado didático brasileiro cresceu rapidamente na segunda metade do século e se encontrava num estágio de desenvolvimento muito mais avançado que a de outros países latino americanos (HALEWELL, 1985). Isso chamou a atenção de grupos editoriais internacionais e no início do século XXI eles entraram com força no setor. As editoras Ática e Scipione foram compradas pelo grupo Abril e posteriormente pelo Havas, da França. Em 2001 a Editora

Moderna foi comprada pela editora multinacional espanhola Santillana. A Saraiva, embora tenha conseguido manter o controle das operações, viu a participação do seu capital ir gradualmente para grupos estrangeiros.

3. O mercado editorial internacional

3.1 O segmento STM

O segmento STM (Scientific, Technical e Medical) é dedicado a produção de obras científicas, técnicas e médicas. As editoras deste segmento produzem uma grande variedade de produtos, como livros didáticos para estudantes do nível superior, journals, revistas acadêmicas, base de dados e trabalhos de referência. Algumas vezes essas publicações podem sobrepor livros do segmento de trade, em geral quando se trata de livros de negócios e administração. A internacionalização do mercado de publicação acadêmica se deu mais cedo do que para os outros setores editoriais. Livros de educação superior possuem grande circulação e aceitação global, tais publicações não sofrem de vários empecilhos como agentes literários² ou retenção de venda em outros territórios. A obtenção do direito de publicação se dá, de forma geral, para todas as mídias (física e digital) e pode ser distribuída internacionalmente. Os journals e trabalhos de referência foram os primeiros a embarcar na transição do impresso para o digital no último século. O crescimento dos grupos desse setor se deve muito ao tipo de livros e produtos que oferecem e a relação intrínseca que eles têm com as instituições de pesquisas ao redor do mundo. Instituições, professores, pesquisadores e estudantes compõem a gama de consumidores desse setor.

Grandes grupos controlam boa parte desse setor. A maior editora do mundo, a britânica Pearson Education, é a maior produtora de livros para educação superior do mundo, focada no ensino e no aprendizado através de livros didáticos com apoio da tecnologia. Já a holandesa Elsevier, parte do grupo Reed Elsevier (o segundo maior grupo editorial do mundo), possui um foco em journals acadêmicos e a oferta de informação para uso do mercado e de pesquisa acadêmica, em especial nas áreas farmacêuticas e médicas. A Wiley-Blackwell, outra líder do segmento, possui boa parte de seu faturamento graças a produção de journals e livros focados nas áreas de humanidades e ciências sociais, além de livros para consumidores também com essa vertente. A editora alemã Springer é conhecida por suas publicações na área de negócios. E a editora Wolters Kluwer, também holandesa, comercializa produtos na área da lei e finanças. Estudando o setor de STM podemos ver que as editoras são diversificadas na gama de produtos que oferecem e tendem a focar em áreas específicas do conhecimento. Os cinco grupos citados

² Agentes literários são os profissionais que intermediam a seleção e apresentação dos textos perante as editoras, eles formam uma ponte entre autor e editora. Ele é um dos responsáveis pela negociação de direitos autorais, além das mais diversas cláusulas contratuais perante a editora.

acima são os líderes do mercado global de STM. Porém, nenhum deles pode afirmar ter igual força em cada uma das áreas.

3.2 O segmento trade

O segmento de trade ou às vezes chamado de publicações para consumidores, trata-se de livros escritos e publicados para o público geral, sem necessariamente um foco educacional. No Brasil esses livros são conhecidos como “Obras-Gerais”. O segmento de trade é a parte mais visível da indústria. Os seus títulos e autores são alvo de marketing, entrevistas, séries, filmes, além de ganharem lugar de destaque em livrarias e receberem ampla cobertura midiática. As obras são destinadas para o leitor geral e algumas vezes para entusiastas de algumas áreas, como negócios. O segmento de trade é o mais arriscado, a maioria dos livros lançados pelas editoras se provam fracassos comerciais que carregam com si prejuízos. A recompensa por esses riscos são os “Best Sellers”, que podem surgir inesperadamente e acompanhados de ótimos retornos financeiros. Os leitores em potencial são variados, espalhados pela população, caros de se alcançar, difíceis de serem identificados e, embora seus interesses possam ser detectados, sua correspondência com um título específico nem sempre é fácil. De forma geral, para um livro obter sucesso comercial é necessário que a editora garanta pedidos e encomendas da livraria antes do lançamento oficial do livro. A maioria dos livros do gênero ficção estão mortos em menos de três meses após sua publicação, outros duram apenas algumas semanas. Os livros que se consolidam como Best Sellers e/ou livros de autores celebridades podem ter sua vida nas prateleiras por anos e anos. Se comparado com livros acadêmicos e de educação, a publicação de trade ganha uma maior proporção de seu faturamento através de sua publicação “frontlist”³. Algumas editoras possuem estratégias focadas na venda desses frontlists, através da exposição dos títulos em livrarias, além de marketing e promoções nas revendedoras. Outras tem um foco maior em sua “backlist”⁴, mantendo títulos vivos por um longo período, além de outras estratégias como o relançamento de livros antigos com novas capas⁵, novos formatos (ebook, audiobook), novas introduções. Uma boa estratégia de backlist permite as editoras e livrarias estoques mais previsíveis, um bom retorno sobre investimento e mantém o trabalho de autores vivo.

³ Uma lista com os livros escritos e publicados mais recentemente.

⁴ Ao contrário de frontlist, são os livros mais antigos do catálogo da editora.

⁵ Muitos leitores tendem a atribuir o custo de venda entre livros de capa normal e capa dura à seu custo de produção. A verdade é que embora haja uma diferença no custo de produção entre os dois tipos, ela é baixa. A diferença de preço se deve a uma estratégia das editoras a fim de segmentar os tipos de consumidores e maximizar seus ganhos. Muitos títulos de menor apelo não recuperaram seus custos de produção se fossem vendidos à preços mais baixos e por isso a escolha de venda mais cara com capa dura.

3.3 O segmento educacional

Por último temos o segmento educacional, focado em obras dedicadas a alunos do ensino básico até os últimos anos do colégio. No Brasil esse segmento é conhecido como didático. Mercados educacionais ao redor do mundo estão sujeitos a influências governamentais, políticas e regulações estaduais, regionais e locais mais do que qualquer outro setor editorial. De um modo geral, a grande quantidade de regulamentação e controle tende a favorecer grandes editoras a pequenas. No Brasil, a produção de livros didáticos é baseada muitas vezes no conteúdo cobrado em vestibulares, em especial o Enem e com base no BNCC⁶. No Reino Unido, a produção é majoritariamente ditada pelo “Currículo nacional”, que define os assuntos a serem abordados nas escolas. De um modo geral a produção desse setor é muito mais nacional do que internacional. As editoras desse setor tendem a cobrir todos os anos de ensino, no caso do Brasil, desde o início do ensino infantil (0-5 anos) até o final do ensino médio (15-17 anos).

Em comparação com as editoras focadas em publicações para consumidores, as editoras do meio educacional são menos afetadas pelas livrarias e revendedores, já que muitas das vendas desse setor são muitas vezes feitas diretamente para a instituição. Algo muito relevante hoje no Brasil a se considerar, já que as duas maiores livrarias do país, Saraiva e Cultura, se encontram em recuperação judicial. A vendas de livros do setor didático pode ser mais demorada para se concretizar, porém tendem a ser mais estáveis e lucrativas que livros para consumidores⁷. O setor está muito sujeito a periodicidades, tendo um grande aumento da demanda no início do ano letivo

3.4 O mercado internacional na última década

O mercado editorial global é mais concentrado do que se poderia imaginar, os 6 maiores mercados de publicação representam 60% da indústria global em termos de faturamento. Ao observarmos os mercados editoriais vemos que eles espelham, em muitos sentidos, a economia e as características sociais internacionais. Podemos observar isso no gigantesco crescimento da China, hoje o segundo maior mercado de livros do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. O crescimento gradual e elevado de mercados emergentes, como Brasil, Índia, Turquia e Rússia - os quatro se encontram entre os 20

⁶ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) regulamenta quais serão os temas e aprendizagens essenciais que serão ensinadas e trabalhadas nas redes públicas e privadas de ensino. Como definido pelo MEC se trata de “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.”

⁷ Como dito anteriormente a maioria dos títulos de obras-gerais terminam em fracasso comercial. No Brasil, em média 1 a cada 6 livros de obras gerais apresentam prejuízos

maiores mercados literários junto com outros países muito menores, porém mais desenvolvidos, como Suíça, Bélgica, Holanda e Noruega.

Tabela 4: Maiores mercados editoriais internacionalmente

Country	Year	Publishers' total net revenue (€ m)	Total market value at consumer prices (€ m)	New titles & new editions per 1 m inhabitants	2012 GDP per capita PPP* in USD (Worldbank)	Population
World			114,000		12,189	7,046,368,813
USA	2012	20,750	29,643	1,080	49,965	313,914,040
China	2012		14,200	306	9,233	1,350,695,000
Germany	2012	5,407	9,520	1,115	40,901	81,889,839
Japan	2012		7,878	617	35,178	127,561,489
France	2012	2,771	4,534	1,321	36,104	65,696,689
UK	2012	3,736	3,975	2,459	36,901	63,227,526
Italy	2012		3,072	1,049	33,111	60,917,978
Spain	2011	1,820	2,890	1,692	32,682	46,217,961
Brazil	2012	1,884	2,810	339	11,909	198,656,019
Korea, Rep.	2012		2,734	1,257	30,801	50,004,000
India	2010	1,675	2,500		3,876	1,236,686,732
Canada	2010	1,535	2,342		42,533	34,880,491
Turkey	2012	1,096	1,682	564	18,348	73,997,128
Australia	2011		1,520	877	44,598	22,683,600
Russian Federation	2012		1,494		23,501	143,533,000
Netherlands	2012		1,363	1,412	43,198	16,767,705
Poland	2012	654	1,053	775	22,162	38,542,737
Belgium	2011	519	850		39,788	11,142,157
Switzerland	2011		806		53,367	7,997,152
Norway	2012		743	1,486	65,640	5,018,869
Top 20 Publishing Markets			95,609			
Other Markets			18,391			

*purchasing power parity

Fonte: Rüdiger Wischenbart

Em 2012, o mercado editorial foi estimado em 147 bilhões de dólares. Se comparado à outras mídias e indústrias de entretenimento, o mercado editorial se mostra altamente competitivo e possui um elevado faturamento, sendo ele maior que a indústria do cinema e da música. Contudo, desde 2008 os mercados globais mostraram uma queda constante no faturamento, em grande parte pela crise econômica de 2009 e o impacto que ela gerou na economia dos países. De acordo com dados obtidos pela Nielsen, o mercado editorial espanhol foi o que apresentou pior desempenho em termos reais na Europa, com uma queda real de 36,6% entre 2007 e 2016. O Reino Unido tem o segundo pior desempenho com uma redução real de 20,4% entre 2009 e 2016 seguido pelos Estados Unidos, com queda real de 15,7% de 2008 a 2016. Já Alemanha e França apresentam uma queda de 11,4% e 6,7% respectivamente, para o mesmo período.

Em 2012, os 50 maiores grupos editoriais ao redor do mundo possuíam um faturamento anual de 71.240 milhões de dólares, em que 50% do total era controlado pelos 10 maiores grupos editoriais. Desde então uma variedade de novas editoras entraram

nos rankings globais, em especial as vindas de economias emergentes como Brasil, Rússia e China, que tiveram um crescimento impulsionado pelo setor educacional. No Brasil e na China esse crescimento vem em grande parte por causa dos programas governamentais focados na aquisição de obras didáticas.

Se olharmos a lista dos dez maiores grupos editoriais veremos que não há uma nova entrada nos últimos anos, mas isso não significa que o mercado editorial está estável, inúmeras mudanças estão ocorrendo, abalando a antiga ordem na qual a indústria se encontrava. O que costuma ser um setor controlado por alguns grandes conglomerados localizados na Europa Ocidental, Nova York e Japão, agora vê a entrada de grupos relevantes vindos do Brasil, China e Rússia. Em 2019, na lista anual divulgada pela consultoria Rüdiger Wischenbart, a editora chinesa Phoenix Publishing and Media Company já é a 12 maior editora do mundo, algo inimaginável nos anos anteriores. Com um mercado interno crescente e inovações tecnológicas no setor, todos esperam que a editora vá a ocupar um dos lugares entre as dez maiores nos próximos anos.

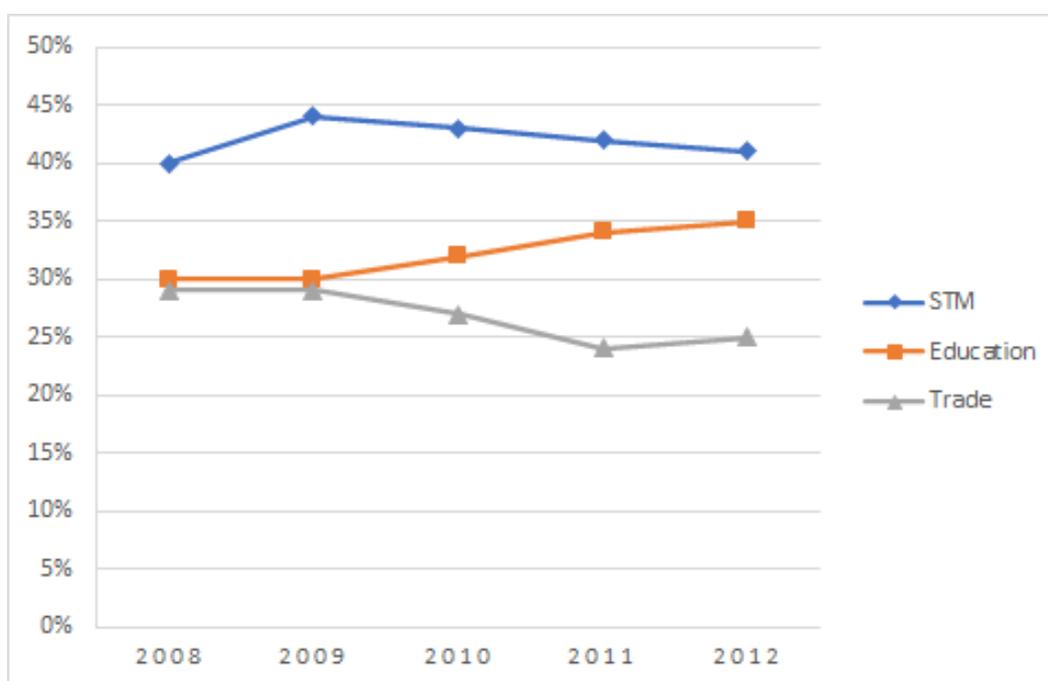
A década entre 2001 e 2010 foi um período de reestruturação para parte da indústria, que passou por um movimento de transformação do produto impresso para o digital, especialmente no segmento STM, que hoje conta com uma participação de 41% do faturamento total, enquanto educação e trade possuem 34% e 25%, respectivamente.

4. Comparação entre o mercado internacional e brasileiro

Como dito anteriormente o mercado de publicação internacional é comumente dividido em três segmentos: STM (Scientific, Technical e Medical), educacional e trade. O equivalente a essas três categorias no Brasil são CTP (científico, técnico e profissional), didático e obras-gerais. No Brasil contabilizamos livros religioso como uma categoria a parte, mas para fins de comparação essa categoria será agregada à obras-gerais.

Ao analisarmos a divisão de faturamento de cada segmento internacionalmente e nacionalmente podemos ver algumas diferenças interessantes.

Tabela 2: Venda por categoria internacionalmente



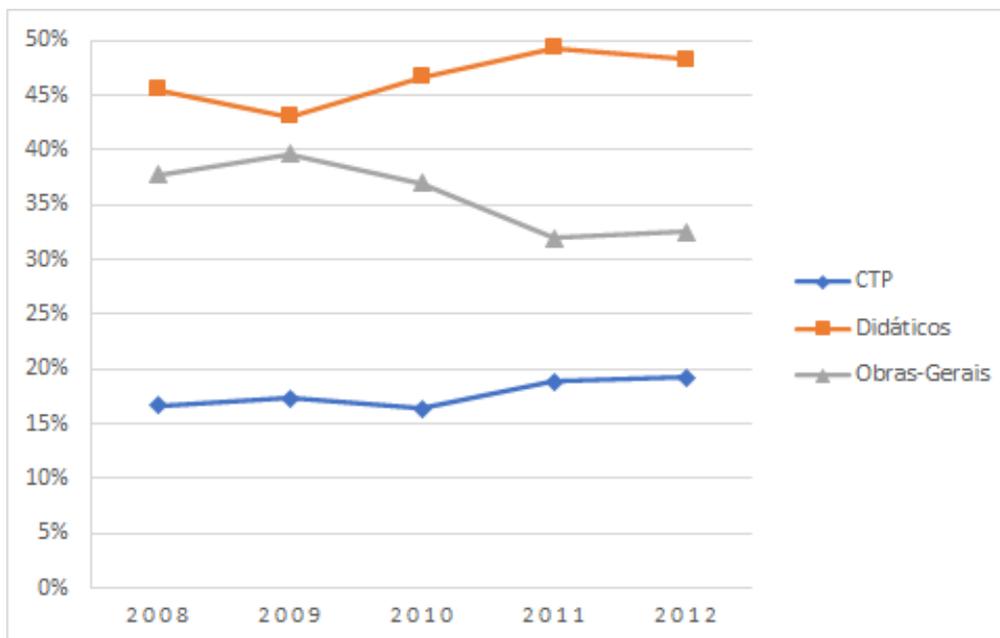
Fonte: Rüdiger Wischenbart

O principal segmento em termos de faturamento é o STM, com uma participação de 41% em 2012. Embora trade seja a primeira coisa que o público geral pensa ao falar de mercado editorial, é o segmento mais inexpressivo da indústria. Em 2012, apenas 25% do faturamento veio dele. É como se o mercado editorial fosse um iceberg e a indústria do trade seria a ponta dele. É a parte que todos vemos e pensamos, mas a realidade é que a maior parte do faturamento dessa indústria vem de produtos menos em evidência

De 2008 a 2012 o setor educacional aumentou sua participação em 5%. Isso se deve a alguns fatores. Um deles é a crise econômica de 2009, que fez com que o faturamento do setor de trade caísse consideravelmente. Livros para consumo pessoal são itens cortados mais facilmente quando se há escolhas orçamentárias a serem feitas. Logo, com uma queda de participação de trade é evidente que a participação dos outros

segmentos tende a aumentar sem necessariamente existir um aumento de faturamento da categoria em si. Outro fator é a expansão do setor didáticos de países emergentes como Brasil, Rússia e China. Em geral acompanhado de um forte investimento estatal.

Tabela 4: Venda por categoria no Brasil



Fonte: SNEL

Ao analisarmos a divisão da indústria editorial brasileira vemos um cenário completamente diferente do internacional. O maior segmento internacional (CTP) passa a ser o menor no Brasil, com menos de 20% de participação no mercado. Algo que talvez seja um reflexo da educação superior do país, que apresenta resultados bem inferiores a outros países. De acordo com dados da OCDE, 21% dos brasileiros entre 25 a 34 anos possuem diploma de ensino superior. Esse percentual é bem inferior à média dos países membros da OCDE, que é de 44%. Dentro da própria América Latina, levando em conta os países que têm dados disponíveis, temos o pior resultado. Em 2018 alguns exemplos de países latino americanos são: Argentina (40%), México (23%), Costa Rica (28%), Colômbia (29%), Chile (34%). Todos com uma vasta vantagem sobre nós. Essa pode ser uma das principais explicações para essa diferença brutal de participação do setor CTP na indústria internacional e brasileira.

Já em relação ao setor de didáticos, vemos que o Brasil possui em média 15% a mais de participação no faturamento total se comparado ao resto do mundo. Isso se deve em grande parte ao que já foi muito comentado em outros capítulos, o PNLD. Hoje o maior programa governamental de aquisição e distribuição de material didático no mundo. Se desconsiderarmos os gastos do governo no mercado temos um resultado muito diferente. No ano de 2012 o setor de obras-gerais seria o líder, com 39% do faturamento

total, seguido de didáticos com 36% e CTP com 25%.

Assim como ocorreu internacionalmente, o setor de obras gerais no Brasil apresentou uma queda de 2008 para 2012, devido principalmente a crise econômica de 2009. Durante esse período uma estratégia utilizada pelas principais editoras do setor foi a diminuição do preço médio dos livros para incentivar um aumento na demanda. Entre 2006 e 2012 houve uma queda de 30% nos preços dos livros de obras-gerais, de acordo com dados da SNEL. Em 2012, o preço médio por um título era R\$ 18,95. A aposta das editoras não teve o efeito esperado e o consumo por livros nesse período se manteve estável. O que levou a uma diminuição do faturamento do subsetor ao longo desses 7 anos.

5. Programas de distribuição de livros didáticos em outros países

Programas de distribuições de livro no exterior variam muito. Alguns países possuem um sistema parecido com o Brasileiro, de distribuição centralizada, outros possuem sistemas mais descentralizados, deixando na mão dos Estados, cidades ou escolas a escolha.

No caso dos Estados Unidos, o governo federal não gasta nada com a compra de livros didáticos. Cada estado decide o quanto do seu orçamento estadual para educação será investido na compra e distribuição do material. No caso de alguns estados, como Dakota do Sul e Utah, o gasto é praticamente zero, deixando a compra do material por conta dos alunos e das famílias que cursam o ensino público.

No caso do Reino Unido, escolas têm completa autonomia sobre seus orçamentos, que devem ser usados para o pagamento dos funcionários, elaboração de atividades extra curriculares, materiais escolares, despesas básicas, entre outros custos. Devido a cortes na área da educação, escolas estão sendo forçadas a fazerem escolhas difíceis com relação aos seus gastos. No condado de Essex, com população estimada em 1.5 milhões de pessoas, entre 2012 e 2017 houve uma redução nos gastos com materiais didáticos de 37% nas escolas, de £212,824 a £133,028 por escola em um ano.

Alguns países latino americanos possuem um sistema mais similar ao PNLD, como o caso do México e da Colômbia, em que o governo federal é responsável pela aquisição e distribuição de material didático para as escolas. No México, as compras realizadas pelo governo totalizam cerca de 12% do faturamento total do mercado editorial no país. No caso da Colômbia esse gasto é razoavelmente menor, girando em torno de 5% do faturamento anual. Analisando apenas o setor de livros didáticos, em que se concentra a maior parte das compras governamentais, o governo mexicano foi responsável por cerca de 20% do faturamento nos últimos anos. Um gasto relevante para a indústria, mas ainda inferior à média de 50% de participação no faturamento que o governo brasileiro possui. Também devemos levar em conta a produção e distribuição da Conaliteg⁸ que representa cerca de 30% da produção editorial mexicana, em termos de quantidade produzida, ou seja, a participação do governo no mercado editorial mexicano é maior do que o resultado expresso pelas compras governamentais, uma vez que o próprio governo também produz e distribui os livros utilizados nas escolas do país.

A maioria dos países desenvolvidos europeus usa um sistema similar ao do Reino Unido, no qual as escolas têm a responsabilidade de prover o material para os estudantes.

⁸ A comissão nacional de livros de textos gratuitos, uma instituição pública que tem como objetivo a produção e distribuição de livros de maneira gratuita para os estudantes da educação básica inscritos no sistema educativo nacional

Sendo que a verba para tal ação vem , em geral, das administrações governamentais estaduais e regionais. Em contra ponto, muitos governos de países africanos, do sudeste asiático e alguns da América Latina possuem editoras nacionais que produzem e distribuem os livros didáticos para os alunos. Essa falta de diversidade pode gerar custos mais altos na produção do material e um viés ideológico.

6. O PNLD na última década

De 2010 até 2018 o PNLD adquiriu 1,2 bilhões de exemplares para a rede pública à um custo de, aproximadamente, 10 bilhões de reais. Isso deixa o valor de aquisição de uma obra em torno de R\$ 8,40.

Ao final de 2019, um senador do PSDB apresentou um projeto de lei que tem como objetivo a transferência de parte da verba do Salário Educação⁹ que competia à União, para estados e municípios. Hoje, 10% da arrecadação líquida do Salário Educação fica com o FNDE, que os aplica no financiamento de programas e ações da educação básica, como o PNLD. Fazendo com que o Salário Educação tenha papel fundamental na composição do orçamento do programa. Os outros 90% são divididos entre a União e estados e municípios, sendo que a União fica com 1/3 da verba (que também é absorvida pelo FNDE) e 2/3 são divididos entre estados e municípios. O que a PL 5.695, apresentada em 2019, deseja é que esse valor seja integralmente dividido entre estados e municípios que passariam a ser responsáveis por todos os programas, incluindo o PNLD.

Em resposta a tramitação do projeto de lei o FNDE fez parecer técnico criticando o projeto. Como um de seus argumentos citou que nos últimos dez anos o preço pago por exemplar foi, em média, 15% do valor de mercado, afirmando que o baixo custo é possível apenas pela compra centralizada, uma vez que todo o recurso investido pode ser facilmente controlado e auditado pelos órgãos de controle da União.

No início de 2020 o PNLD voltou a ser debatido quando o presidente Jair Bolsonaro fez críticas ao programa, declarando que: “Os livros hoje em dia, como regra, é um amontoado... Muita coisa escrita, tem que suavizar aquilo”, em referência ao programa PNLD. O então ministro da educação, Abraham Weintraub, também entrou no debate e ao responder o questionamento de um apoiador sobre o conteúdo dos livros didáticos afirmou que: “Os livros são contratados por três anos 18, 19, 2020... temos que limpar aos poucos.” O comentário do Ministro se refere ao fato dos livros comprados pelo FNDE terem tempo útil de vida de 4 anos¹⁰, após esses 4 anos um novo edital para essa determinada fase do ensino é aberto e novos livros são adquiridos. Desta forma, os livros que chegaram às escolas em 2019, para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), valerão até 2022. Já os livros que estão chegando agora em 2020, com edital do governo Temer, servirão aos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) até o ano de 2023. Já para o ensino médio, 2020 é o último

⁹ O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988.

¹⁰ Em 2017, o MEC anunciou que a partir de 2019 o tempo de validade do material didático e literário passaria de três para quatro anos.

ano de validade do edital em vigor. Para 2021, será necessário um novo edital, inteiramente de responsabilidade do atual governo. Tanto o presidente quanto o ministro da educação também criticaram o conteúdo dos livros selecionados, em especial à questão de ideologia de gênero e a presença de ensinamentos da cultura indígena.

Quanto às críticas sobre a presença de viés ideológico apresentado pelo presidente, embora a escolha do livro seja do professor de cada área de ensino dentro das escolas, eles estão limitados à lista de obras previamente aprovadas pelo MEC, centralizando o processo de escolha e permitindo, na teoria, uma inclinação ideológica do material para qualquer um dos lados do espectro político. Porém, como foi comentado em capítulos anteriores, a elaboração do material didático por parte dos autores e das editoras está sujeito a Base Nacional Comum Curricular e, durante o ensino médio, ao conteúdo cobrado em vestibulares federais, estaduais e privados. Por isso torna-se difícil falar de uma questão ideológico no material didático, sendo que ele, como norma, reflete o conteúdo que o governo (em que o presidente é o líder) e as instituições de ensino superior esperam que o aluno tenha conhecimento.

6.1 A execução do PNLD

A execução do PNLD segue uma série de passos até a venda dos livros de fato. O primeiro passo é o de adesão, em que escolas dos níveis federais, estaduais e municipais que desejam participar do programa de distribuição devem enviar um termo de adesão formal, respeitando as normas, prazos e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação. O segundo passo é de inscrição das editoras, no qual elas devem enviar os livros que desejam ter inclusos no programa para participarem de um processo de avaliação da obra. Com a finalidade de constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe especialistas para analisarem as obras, conforme critérios divulgados no edital. Uma vez aprovados, os livros são disponibilizados para escolha.

Cada escola deve realizar um encontro do corpo docente para que o professor de cada área de ensino escolha o material que considera mais indicado. Após a compilação dos dados referentes aos pedidos realizados pelas escolas, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. Em geral os livros saem por 15% do valor de mercado deles. Devido ao grande volume de compra as editoras tendem a aceitar esse valor.

Concluídas as negociações, o FNDE informa as quantidades de cada livro a serem produzidos. Não havendo acordo entre as partes em relação ao preço, o FNDE tem o direito, em respeito ao princípio da economicidade, de fechar contrato com as obras escolhidas em segunda opção pelas escolas. Caso ocorra um novo impasse entre a editora e o FNDE, o Fundo pode negociar a aquisição da obra mais escolhida na região da escola.

A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas.

6.2 As principais editoras participantes do PNLD

Ao longo dos últimos 10 anos o PNLD comprou 1611,29 milhões de exemplares e é responsável por 40% das compras do mercado editorial. Somos Educação e a editora FTD faturaram em 2018, 534 e 215 milhões respectivamente via PNLD. As duas são as únicas editoras brasileiras que fazem parte da lista Global 50, desenvolvida pela consultoria Rüdiger Wischenbart.

Tabela 2: Faturamento da Somos Educação e FTD via PNLD (2014-2019)

Ano	Valor Faturado			
	Editora FTD	Somos Educação		
	Editora FTD	Editora Ática	Editora Scipione	Saraiva Educação
2014	188	179	55	173
2015	183	182	62	153
2016	143	169	37	119
2017	226	196	68	188
2018	215	244	94	196
2019	143	215	60	97

Fonte: MEC/ Estatísticas por editora

Isso mostra a importância do programa e do governo para o mercado editorial. Para melhor entender como as editoras brasileiras operam nesse mercado com grande participação governamental iremos olhar o caso das duas maiores editoras brasileiras, a Somos Educação e a editora FTD, ambas atuando no subsetor de livros.

A editora FTD (iniciais de Frère Théophile Durand, Superior Geral da Congregação Marista entre os anos de 1883 e 1907), surgiu em 1902 quando foi criada

pela ordem Marista brasileira¹¹ com foco em publicações na área da educação. Inicialmente foi criada com o objetivo de produzir materiais didáticos que iriam abastecer as escolas Maristas no Brasil. Ao longo de sua existência percebeu a oportunidade comercial que seria produzir e vender material para todas as escolas, do setor público e privado. Isso a consolidou como sendo a mais importante editora brasileira do subsetor de livros didáticos durante o século XX e a primeira a cobrir todas as áreas de ensino básico.

A Somos Educação é o maior grupo editorial do Brasil e possui um grande portfólio de produtos e serviços educacionais, que inclui livros didáticos, sistemas de aprendizados, cursos de línguas e plataformas de ensino. Sua divisão editorial é composta pelas editoras Ática, Saraiva Educação e Scipione. Atualmente atende cerca de 40 milhões de estudantes no Brasil. Costumava ser a Abril Educação, quando fazia parte do grupo Abril, um dos maiores grupos de comunicação e educação da América Latina. A Abril era a antiga controladora das editoras Ática e Scipione e em julho de 2015 anunciou a compra dos segmentos de publicação e educacional da empresa Saraiva, que estava enfrentando sérios problemas financeiros¹². A compra foi de 725 milhões de reais e aprovada pelo governo em outubro. Consolidando ainda mais o poder de mercado da antiga Abril Educação. Em 2018 o grupo Somos Educação foi adquirido pela gigante Kroton Educacional, um dos maiores grupos educacionais no Brasil. A transação foi no valor de 4.6 bilhões de reais. A junção das companhias traz com si o controle de mais de 3.000 escolas, 1.2 milhões de estudantes do ensino infantil, fundamental e médio, além de 25.000 alunos de escolas de língua. A capitalização de mercado da Kroton foi estimada em 22 bilhões de reais em 2018 após a aquisição da Somos Educação. Após uma série de aquisições nos últimos anos a Somos educação possui o controle de diversas marcas no setor educacional, como a rede de colégios PH, Wise Up, entre outras.

Olhando mais a fundo os balanços financeiros dessas editoras podemos observar o impacto que o PNLD tem em seu caixa. Em uma entrevista ao Valor Econômico no ano de 2005, o então Diretor Geral da Abril Educação, João Arinos, afirmou que em 2004 foram vendidos 56 milhões de exemplares, sendo que 46 milhões foram vendidos para o mercado governamental e o restante para o mercado privado e que o governo responde por 50% da receita da editora e por 82% do volume de livros vendidos

¹¹ A Congregação dos Irmãos Maristas, nome pelo qual ficou conhecida a Congregação dos Pequenos Irmãos de Maria, fundada em 1817, na França, pelo Padre Marcelino Champagnat, veio para o Brasil em 1897, fundando vários colégios, faculdades e universidades.

¹² Em 2018 a Saraiva entrou com uma recuperação judicial para saldar a dívida de 675 milhões de reais que tinha com seus fornecedores. Desde o início da crise, a Saraiva já fechou mais de 30% das suas lojas.

daquele ano. Arimos também falou sobre o governo ser um duro negociador e que os livros adquiridos pelo PNLD saem por 25% do preço vendido pelas editoras às livrarias.

Ao longo dos anos, a Somos Educação, aumentou ainda mais sua participação no PNLD. Em 2018 vendeu 65 milhões de exemplares ao governo, um aumento de 16% em relação a 2005, mesmo com um aumento significativo do número de editoras participantes. Em 2005 havia 13 editoras participando do processo de aquisição do Governo, em 2018 já são 26 editoras que competem pela compra do Governo. Em 2018, a Somos Educação e a editora FTD obtiveram 40% e 20%, respectivamente, de suas receitas vindas de contratos governamentais.

Embora tenha havido um aumento no número de editoras participantes no programa, não podemos deixar de perguntar o quão concentrado está esse mercado. Em 2017, o PNLD gastou um total de 1.295 milhões, de acordo com dados do MEC, no qual 52% foi absorvido pelas editoras FTD e Somos (226 e 452 milhões, respectivamente).

Enquanto esses dois grupos ficaram com 52% do faturamento, outras 24 editoras dividiram o restante. Se considerarmos a tiragem total de livros, Somos e FTD foram responsáveis por 55,6% do total de 153 milhões. Por mais que haja um número razoavelmente grande de participantes é difícil afirmar que não há uma concentração de poder por parte dessas duas editoras.

7. Comparação com o resto da indústria literária

A maioria das editoras brasileiras são empresas de capital fechado e por isso torna-se difícil saber exatamente sua receita. Em 2017, o faturamento do subsetor de Obras-Gerais foi em torno de 1 bilhão de reais¹³. Esse subsetor está nas mãos de algumas grandes editoras como a Sextante, Intrínseca, Record, Companhia das Letras, Planeta, Ediouro e Globo. Dentre essas maiores editoras destacam-se Sextante¹⁴, intrínseca¹⁵ e Companhia das Letras¹⁶, que juntas possuem a maior quantidade de unidades vendidas. Esse número pode ser aferido pela Folha de São Paulo e pela Publish News¹⁷, que possuem um ranking de livros mais vendidos através de parceria com as principais livrarias do país.

Dessas três, a única a disponibilizar acesso às suas demonstrações financeiras é a companhia das Letras, que em 2017 faturou 125 milhões de reais. Estima-se que as editoras Sextante e Intrínseca faturem algo em torno de 70 a 120 milhões¹⁸, um valor bem próximo ao real faturamento da Companhia das Letras. Ao analisarmos essas editoras vemos que o faturamento da Somos Educação e da FTD vindo do PNLD é maior que o faturamento total de qualquer outra editora brasileira.

O gráfico abaixo mostra a receita das editoras FTD, do grupo Somos Educação (Saraiva Educação, Ática e Scipione), da Companhia das Letras, Sextante e Intrínseca. A barra laranja representa o faturamento de cada uma das editoras vindo do PNLD no ano de 2017, de acordo com dados divulgados publicamente pelo MEC. A editora FTD obteve faturamento de 226 milhões, a editora Ática de 196, a Saraiva Educação de 188 e a editora Scipione de 68 milhões. Com exceção da Scipione, todas as outras editoras tiveram um faturamento vindos do PNLD maior que o faturamento total das maiores editoras do setor de obras-gerais.

¹³ De acordo com dados anuais disponibilizados pela SNEL em parceria com a Nielsen

¹⁴ A Sextante foi fundada por Geraldo Jordão Pereira e seus dois filhos em 1998. Geraldo Pereira é filho do editor José Olympio, dono de uma das editoras mais antigas e prestigiadas do Brasil durante as décadas de 40 em 50, que em 2001 teve sua editora vendida para o grupo Record. O foco da Sextante são obras de negócios e autoajuda.

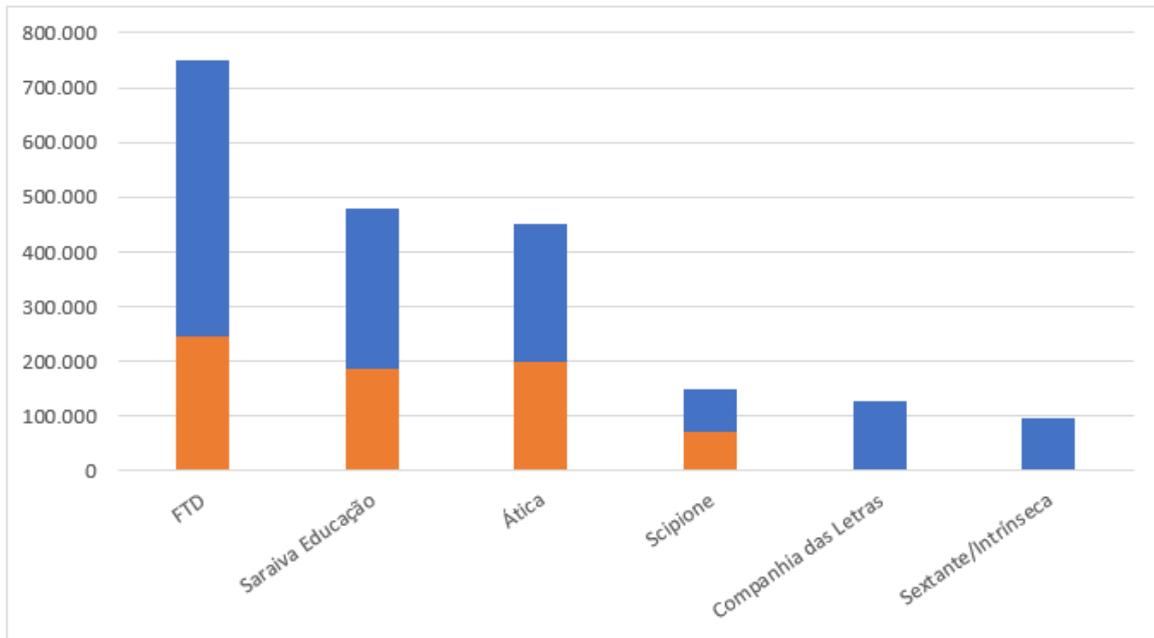
¹⁵ A Intrínseca foi fundada por Jorge Oakim em dezembro de 2003, o que faz dela uma das editoras mais novas do Brasil. Seu editorial tem foco em obras de ficção lançadas na última década, sendo um catálogo frontlist muito forte.

¹⁶ A Companhia das Letras foi fundada por Luiz Schwarcz e sua esposa Lilia Moritz Schwarcz em 1986. Em outubro de 2018, o grupo Penguin, um dos maiores grupos editoriais do mundo, passou a ter o controle de 70% da editora, se tornando dono majoritário. A Companhia das Letras é a maior editora de obras-gerais no Brasil hoje.

¹⁷ Publish News é um portal de notícias, informações e pesquisas sobre o mercado editorial. Criado em julho de 2001 pelo editor e consultor Carlo Carrenho. A partir de setembro de 2010 passou a publicar a lista de livros mais vendidos. Hoje o mais utilizado e respeitado ranking de vendas do país.

¹⁸ Esse número leva em conta a quantidade de títulos vendidos por cada editora e o preço médio dos livros de Obras-gerais. Essas estimativas são apresentadas e amplamente aceitas pelos especialistas do mercado editorial.

Gráfico 4: Receita total das editoras e receita via PNLD



Fonte: MEC, Valor Econômico, Somos Educação

Na introdução foi discutido se o gasto do governo brasileiro em livros é anormal em relação ao resto do mundo. Em termos de gastos absolutos talvez ele não esteja tão distante de outros países como Reino Unido e China, mas em nenhum país desenvolvido do mundo os gastos governamentais são maiores que o subsetor inteiro de obras gerais (ou “trade”). Isso mostra uma indústria editorial ainda muito subdesenvolvida no país e que possui uma grande distorção de seu tamanho devido ao papel do governo nela.

Esse subdesenvolvimento do setor pode ser comprovado pela média de venda de livros por pessoa no Brasil em relação a outros países. De acordo com dados da consultoria Rüdiger Wischenbart, o consumo anual médio por habitante no Brasil foi de 2 livros em 2017. Se ignorarmos as compras do governo esse número cai para 1,1, uma queda de quase 50%. Outros países da América Latina possuem dados semelhantes, no México o consumo (sem governo) é em média 0,8 e na Colômbia (sem governo) a média na última década é 1,2. Se compararmos a países desenvolvidos como Espanha, Reino Unido e França, veremos que a média é consideravelmente maior. Os três países europeus possuem uma média de vendas anuais por habitantes de 4, 3 e 7 livros, respectivamente.

8. Conclusão

Ao longo desse trabalho foram analisados os mercados editoriais brasileiro e internacional. As tendências para esse mercado no mundo, as principais diferenças setoriais dessa indústria, além das diferenças do mercado brasileiro e internacional.

Um dos focos desse trabalho foi analisar o papel do governo brasileiro nessa indústria, em especial via o PNLD. Por se tratar do maior programa de aquisição e distribuição de livros do mundo, o surgimento, a evolução e o funcionamento do PNLD se mostram uma parte essencial para entender a dinâmica editorial brasileira.

O impacto que o governo tem nessa parte da indústria é enorme e é importante entender se esse gasto público é algo que faz sentido. A existência de material didático para alunos da rede pública por si só não fará com que o sistema de educação brasileiro seja de qualidade, porém todos os países do mundo têm como desafio o abastecimento das escolas públicas com material didático. Alguns governos resolvem descentralizar esse abastecimento, deixando na mão das escolas ou dos estados. Outros tomam para si a produção desse material. O governo federal brasileiro resolveu deixar com as editoras a produção dos livros e criar um programa nacional, que uma vez por ano, realiza uma grande compra e a distribui para todas as escolas da rede pública do país o material didático selecionado.

Um dos impactos que o programa teve foi no crescimento de duas grandes editoras brasileiras, a Somos Educação e a FTD, hoje as duas maiores editoras brasileiras. O gasto do governo no setor permitiu que ambas as editoras crescessem durante um forte período de crise no setor editorial, que encolheu 25% entre 2006 e 2018. Graças ao faturamento vindo do programa, ambas as editoras estão na lista de 50 maiores do mundo.

O PNLD é um programa que faz o que é esperado dele, aquisição e distribuição de obras didáticas, por um preço razoável se considerarmos o número de alunos beneficiados todos os anos. Um de seus problemas poderia ser a grande concentração de vendas nas mãos de poucas editoras. Se compararmos o PNLD com o que o resto do mundo faz, nós temos um programa mais transparente e que dá poder de escolha aos professores, algo que não acontece em grande parte do mundo onde o governo produz seu próprio material, em geral por apenas uma editora estatal.

A indústria editorial é muito volátil e fortemente impactada pelas crises econômicas. Um dos primeiros bens a serem cortados do consumo são os livros, em especial no subsetor de obras-gerais. O mercado brasileiro de livros ainda é muito frágil, isso pode ser visto pela quebra das principais livrarias do país nos últimos anos (principal fonte de faturamento das editoras) e pela grande queda de faturamento que o setor teve nas últimas décadas.

9. Bibliografia

- HALLEWELL, Laurence. O livro no Brasil: sua história. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Edusp, 2005.
- Albert N. Greco, Jim Milliot, e Robert M. Wharton, 2014, “The book publishing industry”, Routledge
- Giles Clark, e Angus Phillips, 1988, “Inside Book Publishing”, Routledge
- Paulo Verano, 2019, “O mercado editorial brasileiro em tempos ambivalentes”, Jornal da USP
- CBL/SNEL. Diagnóstico do setor editorial brasileiro 2000. Relatório. São Paulo: CBL/SNEL, 2001.
- CBL/SNEL. Diagnóstico do setor editorial brasileiro 2000. Relatório. São Paulo: CBL/SNEL, 2000.
- SNEL. Pesquisa Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro. São Paulo 201
- Lee, Chia-Yen ; Liang, Chia-Lung, 2009, “Manufacturer’s printing forecast, reprinting decision, and contract design in the educational publishing industry”
- Mariana Bueno, 2019, “Uma década de mercado editorial”, publishnews
- Rüdiger Wischenbart, Michaela Anna Fleischhacker, 2018, “The "Global 50" Ranking of the International Publishing Industry 2018”
- Rüdiger Wischenbart, Michaela Anna Fleischhacker, 2018, “The "Global 50" Ranking of the International Publishing Industry 2017”
- Rüdiger Wischenbart, Michaela Anna Fleischhacker, 2018, “The "Global 50" Ranking of the International Publishing Industry 2016”
- Rüdiger Wischenbart, Michaela Anna Fleischhacker, 2018, “The "Global 50" Ranking of the International Publishing Industry 2015”
- Andy Smart, Shanti Jagannathan, 2018 “Textbook Policies in Asia Development, Publishing, Printing, Distribution, and Future

Implications Andy Smart and Shanti Jagannathan”

- Adam Rowe, 2019, “The £6 Billion UK Publishing Industry”, Forbes
- Tatiana de Britto, 2011, “O Livro Didático, o Mercado Editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados”
- Célia Cassiano, 2005, “Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais”
- Sandra Reimão, 1996, “Mercado editorial brasileiro: 1960-1990”